

Ata nº 02/2020/CONSEME

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte, de forma remota via whatsapp, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação CONSEME, com a presença dos conselheiros: Salete Maria Colle, Sandra Regina Backes, Edenilton da Silva Muniz, Maristela Faccio, Nadia Fantini, Maria Ester Menegasso, Graciane Carneiro de Oliveira, Mirela Padilha, Rodrigo Talevi dos Santos, Cristiane Moreira, Fabio Cunda, Sandra Hoffmann, Kelly Melo Trentin, Jucélia Barcelos Martins, Marisa Strebe e a assessora técnica e secretária do CONSEME Rita Thibes. A presidente professora Maria Ester iniciou agradecendo a presença de todos, e falou do momento difícil e da necessidade de uma legislação para enfrentamento a pandemia. Solicitou que o conselheiro Edenilton apresentasse a minuta da Resolução 05. RESOLUÇÃO CONSEME, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, Nº 05, de 25 de março de 2020. Dispõe sobre o Regime Emergencial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Balneário Camboriú, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19). A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Balneário Camboriú, no uso de suas atribuições legais, conforme capítulo I, artigo 3º do Regimento Interno, e os pareceres deste conselho, estabelece um plano de contingência e a adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e disseminação da COVID-19. Considerando o decreto nº 515 de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo território Catarinense nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0- doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19; Considerando o decreto nº 9.831, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município de Balneário Camboriú, em função do risco de surto do Novo Coronavírus - COVID-19 e das outras providências; Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a ser cumpridos pelas instituições e redes de ensino; Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais; Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19); Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19); Considerando o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências; Consideran-



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



do o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências; Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias; Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19; Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020; Considerando que, no exercício da autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos e dos sistemas de ensino, compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distritais, em conformidade com a legislação vigente, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância; Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; e, em seu artigo 47, que, na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei; Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados; Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 36, § 11, inciso VI, que para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências desenvolvidas em cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias; Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas; Considerando o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o

92 art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades  
93 dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa,  
94 autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distân-  
95 cia na educação básica; Considerando que a Resolução CNE/CEB n. 03/2018, em seu arti-  
96 go 17, § 13, dispõe que as atividades realizadas pelos estudantes, consideradas partes da  
97 carga horária do ensino médio, podem ser atividades com intencionalidade pedagógica ori-  
98 entadas pelos docentes, podendo ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por  
99 tecnologia – ou a distância; Considerando a Portaria MEC n. 343/2020 dispõe sobre a  
100 substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação  
101 de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19; Considerando a nota de esclarecimento  
102 emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações  
103 aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades,  
104 que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de  
105 aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade  
106 de ações preventivas à propagação do COVID-19; Considerando que, ainda no exercício  
107 da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando se os parâmetros  
108 e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem conside-  
109 rar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a  
110 possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, se-  
111 rem atendidos em seus domicílios; Considerando a Resolução CEE/SC n. 040/2016, de 05  
112 de julho de 2016, que estabelece normas complementares e orientativas à Resolução  
113 CEE/SC n. 183/2013, relacionadas à adoção da progressão parcial e continuada, aprovei-  
114 tamento de estudos concluídos com êxito, regime de exceção de dispensa temporária da  
115 frequência, complementação da infrequência e estudos de alunos itinerantes para o Siste-  
116 ma Estadual de Ensino, e que estabelece o regime de exceção temporário da dispensa da  
117 frequência com a compensação de ausência às aulas mediante estudos e atividades domi-  
118 ciliares e avaliação da aprendizagem; Considerando o decreto nº 525, de 23 de março de  
119 2020, que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pú-  
120 blica de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providên-  
121 cias; Considerando a resolução CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020, Art. 7º que  
122 dispõe que: “Os Conselhos Municipais de Educação do Estado de Santa Catarina poderão  
123 adotar esta Resolução ou emitir ato normativo próprio, de semelhante teor, em regime de  
124 colaboração e respeitada a autonomia dos sistemas”.RESOLVE Art. 1 Adotar a resolução  
125 CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020, para o sistema Municipal de Ensino de Balneário  
126 Camboriú, bem como também: Art. 2 Estabelecer o regime especial de atividades escola-  
127 res não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, defini-  
128 do essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estu-  
129 dantes e professores nas dependências escolares, no âmbito do sistema de Ensino de Bal-  
130 neário Camboriú. Art. 3 O regime emergencial especial de atividades escolares não pre-  
131 senciais será estabelecido obedecendo os Decretos Municipais de Balneário Camboriú, a  
132 partir de 18 de março de 2020, e demais publicações que se fizerem necessárias podendo  
133 ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais, sanitárias e deste  
134 próprio município. Art. 4 Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas  
135 severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de  
136 ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades es-  
137 colares não presenciais: I – planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares; II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar; III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa; IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais; V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020; e VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar. § 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial. § 2º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período. § 3º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial. § 4º Para fins de cumprimento do número de dias letivos mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado. Art. 5º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Plano de ensino da Educação de Balneário Camboriú, o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período. Art. 5º As instituições ou redes de ensino, que, por razões diversas, optarem por não executar as atribuições constantes do art. 3º desta Resolução, deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período. Art. 6º Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições ou redes de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Sistema Municipal de Educação. A próxima reunião do CONSEME ficou acordada para o dia 26 de abril 2020. Nada mais a tratar, encerrou-se a reunião, cuja ata será enviada por e-mail, e se aprovada assinada pelos presentes na próxima reunião em comum acordo entre os conselheiros presentes.